



**PAUTA
PARA A 12ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 22 DE FEVEREIRO DE 2018**

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 45, de 2018, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Itajobi como Município de Interesse Turístico.

2 - Projeto de lei nº 46, de 2018, de autoria do deputado Luiz Turco. Dispõe sobre o monitoramento eletrônico de agente de violência doméstica e familiar contra a mulher, seus familiares ou testemunhas, no âmbito do Estado.

3 - Projeto de lei nº 47, de 2018, de autoria do deputado Edson Giriboni. Inclui a disciplina "Educação Digital" nas escolas públicas do Estado.

4 - Projeto de lei nº 48, de 2018, de autoria do deputado Chico Sardelli. Autoriza o Poder Executivo a criar as "Farmácias Vivas".

2ª Sessão

Projeto de lei nº 44, de 2018, de autoria do deputado Enio Tatto. Dispõe sobre a instalação de fraldário nas praças de cobrança de pedágio e postos das rodovias do Estado.

3ª Sessão

Projeto de lei nº 43, de 2018, de autoria do deputado Welson Gasparini. Declara de utilidade pública o "Grupo de Orientação e Assistência a Saúde - GOAS", em Osasco.

4ª Sessão

Projeto de lei nº 42, de 2018, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Quiropraxista no Estado.

5ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 4, de 2018, de autoria do deputado Campos Machado. Autoriza o Poder Executivo a instituir a equiparação salarial de todos os cargos e funções-atividades da Série de Classes de Pesquisador Científico.

2 - Projeto de lei nº 41, de 2018, de autoria do deputado João Caraméz. Classifica Divinolândia como Município de Interesse Turístico.

Em pauta por 2 (duas) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 1º do artigo 151 do Regimento Interno (Redação).

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 1207, de 2015, de autoria da deputada Leci Brandão. Institui o "Dia Estadual do Orgulho Crespo de São Paulo". Parecer nº 69, de 2018, da Comissão de Justiça e Redação.

2 - Projeto de lei nº 904, de 2016, de autoria do deputado Gil Lancaster. Institui o "Dia do Atleta Olímpico". Parecer nº 73, de 2018, da Comissão de Justiça e Redação.

3 - Moção nº 19, de 2017, de autoria da deputada Beth Sahão. Manifesta repúdio ao Deputado Federal Laércio Oliveira, por conta das declarações extremamente misóginas proferidas por ele em debate realizado em 23 de março de 2017, na sede da Confederação Nacional da Indústria. Parecer nº 76, de 2018, da Comissão de Justiça e Redação.

4 - Moção nº 40, de 2017, de autoria do deputado Adilson Rossi. Aplauda o Jornal de Itatiba - Diário, CRN - Central de Rádio e Notícias - 1420 Khz AM e ao ilustre jornalista Manoel Roberto Massaretti (Mané Massaretti) pelos expressivos resultados alcançados na realização da XXIII prova de Fraldinhas II de Itatiba. Parecer nº 77, de 2018, da Comissão de Justiça e Redação.

Em pauta por 1 (uma) sessão para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 2º do artigo 227 do Regimento Interno (Redação).

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 6, de 2007, de autoria do deputado Carlos Neder. Institui a "Semana Estadual de Educação, Conscientização e Orientação sobre a Fissura Lábio-Palatina". Parecer nº 75, de 2018, da Comissão de Justiça e Redação.

2 - Projeto de lei nº 1170, de 2014, de autoria do deputado Campos Machado. Altera a redação dos artigos 5º e 6º da Lei nº 10.848, de 2001, que dispõe sobre o registro e funcionamento de estabelecimentos de ensino e prática de modalidades esportivas. Parecer nº 71, de 2018, da Comissão de Justiça e Redação.

3 - Projeto de lei nº 1118, de 2015, de autoria do deputado Adilson Rossi. Torna obrigatória a instalação de filtros que impossibilitem o acesso a "sites" com conteúdo erótico, pornográfico ou impróprio para menores, bem como os que fazem apologia à violência e ao consumo de drogas e substâncias ilícitas, em todos os equipamentos de informática da rede de ensino pública do Estado. Parecer nº 70, de 2018, da Comissão de Justiça e Redação.

4 - Projeto de lei nº 557, de 2016, de autoria do deputado Carlos Bezerra Jr.. Dispõe sobre a isenção de pagamento de taxas de revalidação de diplomas de graduação, mestrado e doutorado para os refugiados no Estado. Parecer nº 72, de 2018, da Comissão de Justiça e Redação.

5 - Projeto de lei nº 894, de 2016, de autoria do deputado Rogério Nogueira. Torna obrigatório aos estabelecimentos de ensino das redes pública e privada, de todos os níveis, no âmbito do Estado, a oferecer, em suas salas de aula e demais locais onde sejam ministradas atividades educativas, assentos adaptados à população obesa. Parecer nº 74, de 2018, da Comissão de Justiça e Redação.

6 - Projeto de lei nº 194, de 2017, de autoria do deputado Carlão Pignatari. Dispõe sobre a organização da Política de Assistência Social no Estado. Parecer nº 68, de 2018, da Comissão de Justiça e Redação.

7 - Projeto de lei nº 236, de 2017, de autoria dos deputados Ana do Carmo e Aldo Demarchi. Institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica - PEAPO, com o objetivo de promover e incentivar o desenvolvimento da agroecologia e da produção orgânica no Estado. Parecer nº 65, de 2018, da Comissão de Justiça e Redação.

8 - Projeto de lei nº 278, de 2017, de autoria do deputado Caio França. Institui a Política de Incentivo à Economia Criativa no Estado de São Paulo. Parecer nº 66, de 2018, da Comissão de Justiça e Redação.

9 - Projeto de lei nº 905, de 2017, de autoria do deputado Roberto Massafera. Altera dispositivos da Lei nº 1.093, de 1976, modificada pela Lei n.º 6.366, de 1988, que autoriza a instalação de postos ou estabelecimentos destinados à venda de produtos hortifrutigranjeiros, plantas ornamentais e frutíferas nas faixas de estradas de domínio do Departamento de Estradas de Rodagem - DER - e em terrenos contíguos. Parecer nº 67, de 2018, da Comissão de Justiça e Redação.

10 - Projeto de lei nº 973, de 2017, de autoria do deputado Junior Aprillanti. Torna obrigatório aos Oficiais Registradores de Imóveis a fornecerem anualmente aos municípios listagem contendo todas as informações cadastrais de todos imóveis matriculados na sua circunscrição imobiliária a fim de manter o cadastro imobiliário municipal de forma organizada e atualizada. Parecer nº 64, de 2018, da Comissão de Justiça e Redação.

Em pauta por 3 (três) sessões, para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 1º do artigo 33 do Regimento Interno (Pauta para Recursos).

2ª Sessão

Moção nº 115, de 2017, de autoria da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Apela para os Srs. Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam esforços para que o Projeto de Lei nº 6299, de 2002, assim como os Projetos de Lei a ele apensados, sejam rejeitados, para impedir retrocessos na atual Legislação sobre Agrotóxicos.